

A Educação Superior sob a perspectiva liberal

IMIL Na Sala de Aula - Universidade Federal do Ceará

Vítor Wilher

Cientista de Dados | Mestre em Economia



Plano de Voo

Introdução

Um pouco de HPE

O estado atual

O problema do bem público e das externalidades

O problema da restrição de recursos

Cobrança de mensalidades é justa e justificável

Conclusões

Slides disponíveis

Introdução

Existem **três grandes mecanismos** pelos quais os mais ricos se apropriaram do Estado brasileiro de forma a tomar renda do conjunto da população. Chamamos isso de *rent-seeking*. São eles:

- Aposentadorias generosas para servidores públicos;
- Empréstimos subsidiados via bancos estatais;
- Vagas em universidades estatais;

Os dois primeiros mecanismos estão sendo ou foram atacados com a reforma da previdência e com a estipulação da TLP no BNDES. E o terceiro?

Um pouco de HPE

Era uma vez um país que adotou o **modelo de substituição de importações** entre 1930-1980, inspirado por uma teoria desenvolvimentista que poucas linhas teceu sobre educação. Quando o governo federal investia em educação, era sempre em **educação superior**. . .

Um pouco de HPE

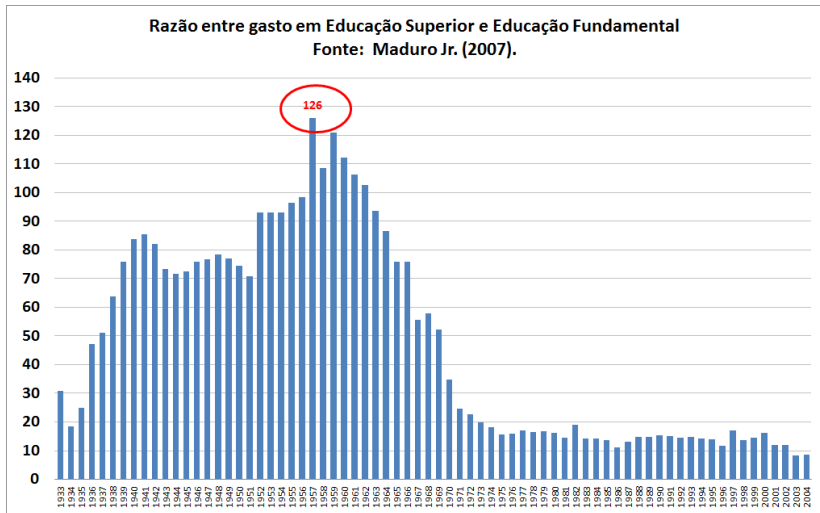


Figure 1: Para começar a discussão. . .

Um pouco de HPE

No gráfico acima pode-se ver que em 1957 *esse país gastava por aluno estarecedores 126 vezes mais em educação superior do que em educação fundamental.*¹

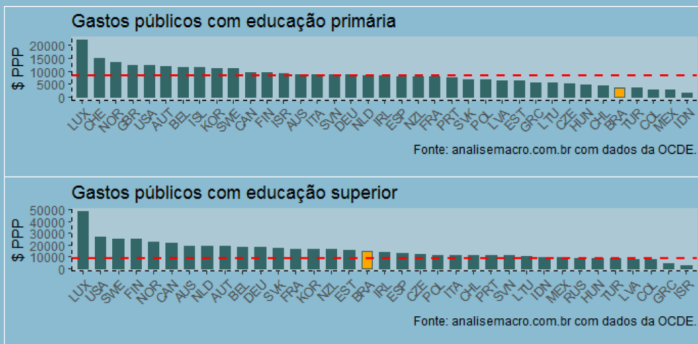
¹A referência do gráfico pode ser vista em *Taxas de matrículas e gastos em educação no Brasil.*

Um pouco de HPE

A falta de investimento em educação básica, em conjunto com a hiperinflação, produziram uma das sociedades mais desiguais do mundo. Foi só, afinal, nos anos 1990 que o Brasil decidiu aprovar fundo específico [FUNDEF] para universalizar o acesso à educação fundamental. Atraso secular não apenas frente os países desenvolvidos, mas também em relação aos nossos vizinhos Argentina e Chile.

O estado atual

Podemos pegar os dados da **OCDE** de modo a verificar o gasto com ensino superior e com ensino primário. A partir disso, podemos verificar como o Brasil se compara com a média de gastos desses países nos dois níveis de ensino.

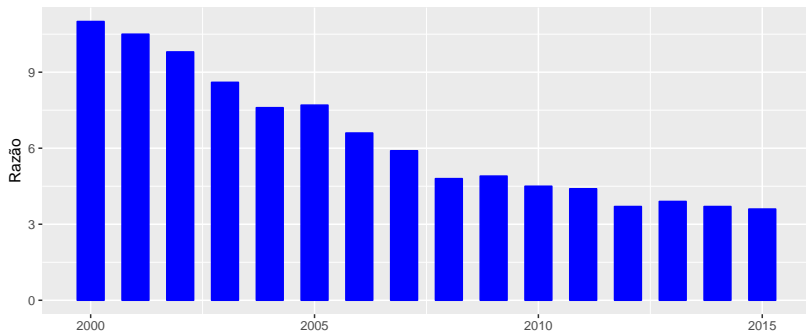


O estado atual

Por outro ângulo, podemos pegar agora Os dados do **INEP** e verificar a razão entre gasto com ensino superior e com ensino básico.

Razão entre gastos públicos em ensino superior e básico

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP



O estado atual

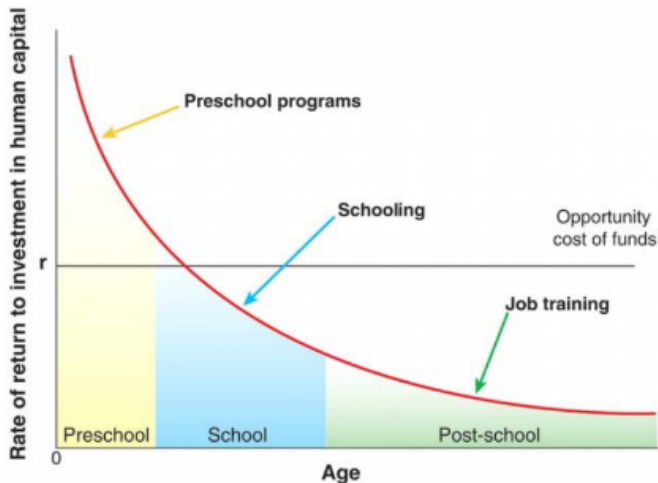
Segundo o INEP, em 2015 (último dado disponível) o Estado brasileiro gastou cerca de R\$ 23.215 por aluno no ensino superior, enquanto no ensino básico esse gasto foi de R\$ 6.381.

Como sugere a comparação internacional, há algo de errado com essa razão desproporcional. . .

O estado atual

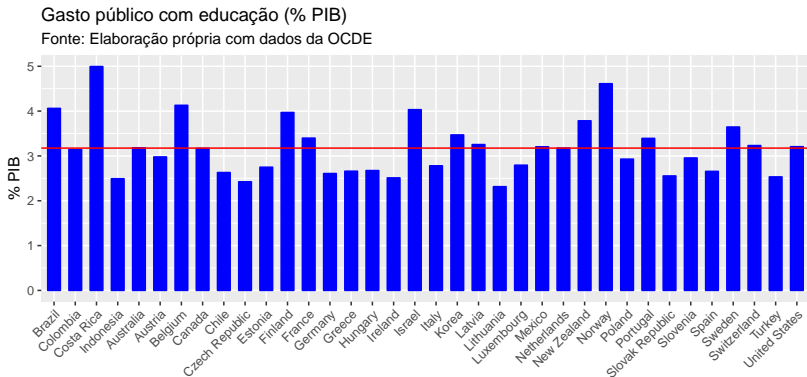
Brasil investe de forma errada, contrariando as evidências da literatura de economia da educação. . .

Figure 1: The 'Heckman Curve' – the earlier the investment, the greater the return
Rates of return to human capital investment



O estado atual

Para deixar claro: problema da educação básica no Brasil não é dinheiro, é má alocação de recursos. Como mostra o gráfico abaixo, nosso país já gasta mais do que a média da OCDE em educação. Mas continua gastando muito com educação superior e pouco com educação primária, como mostrado anteriormente.



O problema do bem público e das externalidades

O gasto exagerado há décadas do Brasil feito em educação superior foi ineficaz para causar mais desenvolvimento e também acabou contribuindo com a construção de uma sociedade extremamente desigual. Por quê?

O problema do bem público e das externalidades

Em primeiro lugar, é preciso entender que a **educação superior** não pode ser considerada um **bem/serviço público**, pois não atende duas condições básicas relacionadas a tais bens:

- o custo adicional por um indivíduo a mais se beneficiar do bem ser zero;
- ser muito difícil (senão impossível), excluir uma pessoa que esteja interessada em se beneficiar do bem.

O problema do bem público e das externalidades

A iluminação de uma rua pode ser considerada um bem público, pois pouco importa se cem ou duzentas pessoas a utilizam: não há custo adicional por pessoa para prover a mesma. Além disso, é muito difícil excluir alguém de se beneficiar de tal iluminação. **Se não é um bem/serviço público, não deve ser financiado com impostos.**

O problema do bem público e das externalidades

Isso dito, um ponto bastante citado entre os defensores do ensino superior gratuito é o de que o mesmo geraria externalidades positivas para o desenvolvimento econômico. Há, entretanto, um problema grave com essa tese. A forma de avaliar o impacto social da oferta de um determinado bem/serviço é comparando custos com benefícios.

O problema do bem público e das externalidades

Se os benefícios para a sociedade forem maiores do que os custos, faz sentido investir em um determinado bem/serviço. **O problema é que os benefícios do ensino superior são, em sua maioria, privadamente apropriados, dado um maior prêmio salarial auferido após a conclusão do curso.**

O problema do bem público e das externalidades

Já que não é um bem público e os benefícios gerados pelo mesmo são, em sua maioria, privadamente apropriados, não faz o menor sentido subsidiar **todos os alunos** das universidades estatais.

O problema do bem público e das externalidades

Ainda mais grave é financiar esse bem para apenas uma parcela menor das matrículas no ensino superior. . .

- Em 2002, Brasil tinha 3.479.913 matrículas no superior. Dessas, 30% eram em instituições públicas;
- Em 2016, o número de matrículas avançou para 6.554.283. Dessas, 28,49% eram em instituições públicas.

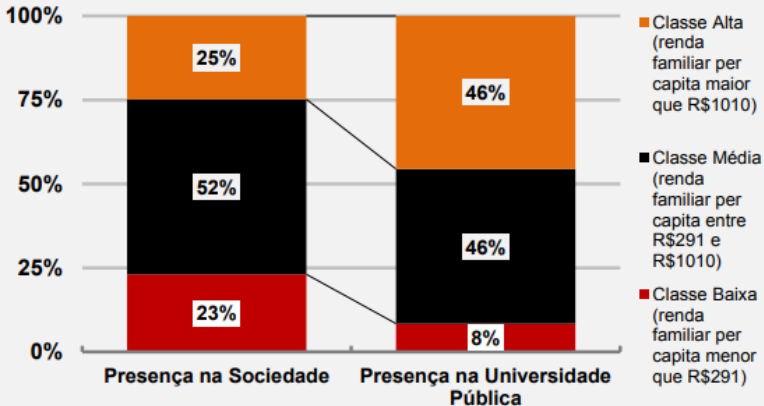
Mesmo com todos os investimentos feitos nas universidades estatais, o aumento líquido de matrículas entre 2002 e 2016 foi de apenas 815.822, enquanto na iniciativa privada esse aumento foi de 2.258.548.

O problema do bem público e das externalidades

Subsidiar um bem tipicamente privado para pouco mais de um quarto das matrículas de ensino superior perpetua a desigualdade entre ricos e pobres. Enquanto aqueles se preparam em escolas básicas caras, tendo acesso às universidades estatais gratuitas, aos pobres restam as universidades privadas e os programas de financiamento.

O problema do bem público e das externalidades

FIGURA 6. BRASIL: PRESENÇA EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS, POR CLASSE (Em por cento da pop. total e universitária, respectivamente, 2013)



Fonte: Cálculos do Mercado Popular com microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE de 2013. Critérios de classe definidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.



Figure 4: Fonte: Instituto Mercado Popular

O problema do bem público e das externalidades

Além disso,

- limita as estratégias das universidades privadas. Como os alunos de maior renda conseguem as vagas das universidades estatais gratuitas, às privadas resta competir via preço pelos alunos mais pobres;
- ao gastar mais de R\$ 23 mil em termos per capita no ensino superior, sobra menos dinheiro para investir em educação básica, **onde estão concentradas as externalidades para o desenvolvimento econômico.**

O problema da restrição de recursos

O problema se torna ainda mais grave na difícil conjuntura fiscal. . .

Receita vs. Despesa Primárias do Governo Central

Deflacionado pelo IPCA: preços de fevereiro de 2019.

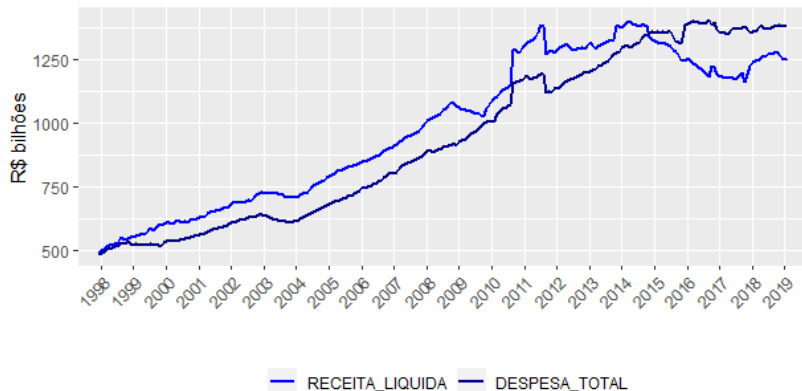
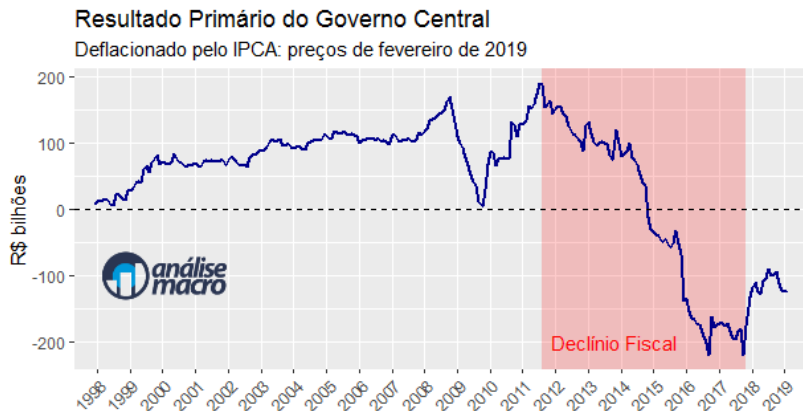


Figure 5: Gastos Públicos cresceram 6% a.a. em termos reais nos últimos 20 anos

O problema da restrição de recursos



Fonte: analisemacro.com.br com dados da STN.

Figure 6: 5 anos de déficit primário

Cobrança de mensalidades é justa e justificável

O financiamento indevido de um bem que não é público, tendo seus benefícios apropriados de forma privada, em sua maioria, causa enormes distorções sobre o tecido econômico e social. Logo, **faz todo o sentido dissociar gratuidade de acesso ao ensino superior estatal, fazendo com que os mais ricos paguem pelo serviço.**

Cobrança de mensalidades é justa e justificável

Aos mais pobres, que não podem pagar, continuaria sendo dada a opção de gratuidade. Além de aliviar os cofres públicos, isso geraria maior competição entre as instituições, melhorando o serviço por elas prestado.

Estimativas feitas pelo economista Gustavo Loschpe dão conta de que a cobrança de mensalidades **para quem pode pagar** poderia gerar algo como R\$ 7,4 bilhões.²

²Ver o cálculo em <http://analisemacro.com.br>.

Conclusões

- Brasil já gasta mais do que a OCDE em educação. O problema é que a razão entre gasto com ensino superior e ensino básico é desproporcional;
- Por não ser um **bem público**, educação superior estatal deveria ser cobrada de quem pode pagar por ela;
- Mesmo no auge do investimento público em educação superior no Brasil, aumento no número de matrículas deixou a desejar porque o sistema de educação estatal tem um custo por aluno muito elevado;
- Cobrança de mensalidades em universidades estatais teria grande impacto no mercado privado, aumentando as opções estratégicas das universidades privadas.

Conclusões

Por fim. . .

- Cobrar mensalidades em universidades estatais não tem nada a ver com privatização, tem a ver com resolver uma má alocação de recursos e com tornar o modelo educacional menos desigual;
- Investir pesadamente em educação básica terá impactos significativos sobre o **desenvolvimento econômico** do país e sobre **igualdade de oportunidades**.

Slides disponíveis

Obrigado!

Os slides e códigos dessa apresentação estarão disponíveis no Blog da Análise Macro amanhã: <http://analisemacro.com.br/blog>



